

O poeta e os políticos

Moacir Werneck de Castro

O poeta Vinicius de Moraes viveu em 1942 um ano muito movimentado. Um ano de reviravolta nas suas inclinações políticas que, embora sem caráter de militância, o ligavam a um grupo de direita onde pontificava seu amigo Otávio de Faria. Vinicius fazia versos transcendentais; era um artempurista, defendia a perenidade do cinema mudo. (Por essa época, aliás, Noel Rosa falava na transformação dos costumes e da linguagem de que o cinema falado era, segundo ele, "o grande culpado".)

Em plena segunda Guerra Mundial, Vinicius foi mudando. Fez novas amizades nos meios de esquerda. Uma influência forte que sofreu, ainda em 1942, foi a da escritora argentina María Rosa Oliver, mulher admirável, capaz de manter, em sua cadeira de rodas, uma permanente emanção de otimismo e espírito de luta. Mais decisiva ainda foi a influência de Waldo Frank, que pertencia à esquerda intelectual norte-americana, então ativamente empenhada na luta contra o fascismo. Vinicius, que começava a sua "carreira" no Itamarati (encerrada com o AI-5), foi escalado para acompanhar Waldo Frank num *tour* pelo Brasil. Ele, que tinha passado pouco antes uma temporada em Oxford e pouco conhecia deste país, teve nessa viagem a espantosa revelação da pobreza brasileira, em especial da miséria das populações nordestinas.

A lembrança do poeta e de sua metamorfose me veio de repente, não mais que de repente, ao ouvir de novo um trecho, declamado por ele mesmo, de "O desespero da piedade", parte da *Elegia desesperada*, escrita mais ou menos no tempo de que estou falando. Apesar de seu namoro com a política, Vinicius refletia uma antiga prevenção com respeito aos políticos. Dizia:

"Tende piedade dos homens públicos e em particular dos políticos/Pela sua fala fácil, olhar brilhante e segurança dos gestos de mão/Mas tende mais piedade ainda dos seus criados, próximos e parentes/Fazei, Senhor, com que deles não saiam políticos também."

É uma atitude curiosa — e reveladora. Não representava nenhuma hostilidade, propriamente. Pois Vinicius de Moraes, como toda gente de seu círculo e categoria social, tinha amigos que eram políticos e homens públicos. Naquele mesmo ano de 1942, por exemplo, ele levou a Belo Horizonte uma caravana de intelectuais, a convite do prefeito, que se chamava Juscelino Kubitschek. Era um político de simpatia irresistível e o poetinha, fácil, se deixou cativar.

O trecho citado contém ironia, mas também, como o

Gerardo Hanna



título está proclamando, uma boa dose de piedade. É irônica a referência à postura posada, ao *acting* permanente que o político compartilha com os artistas cênicos, atacados pelo vírus do vedetismo — mal que a TV agravou terrivelmente. É uma visão ditada pelo próprio temperamento do poeta, que, mesmo ao alcançar a esfera platinada da fama através da MPB, não gostava de posar de estrela e se esquivava fazendo o gênero coloquial, intimista. Os políticos, como os (as) artistas são realmente engraçados, ou ridículos, quando se acham na obrigação de produzir atitudes, gestos, risos e olhares como pensam que o ibope está reclamando.

O que predominava no retrato feito por Vinicius era, no fundo, a piedade que lhe inspiravam os políticos e homens públicos. Não os incriminava, tinha pena deles; lamentava-os a tal ponto que não queria que os criados, próximos e parentes virassem políticos também. Era um homem de grande coração.

Que se estará pensando hoje, neste Brasil, dos políticos e homens públicos em geral? As pesquisas de opinião não lhes têm sido muito favoráveis; às vezes são até cruéis. Expressam uma generalizada descrença na capacidade deles de atenderem aos reclamos coletivos e tornarem a vida do povo, senão feliz, pelo menos mais suportável.

Sim, a prevenção contra a "classe política" é renitente. Mas o povo é portador de uma ambigüidade semelhante à que o poeta revelava. Ao mesmo tempo que rejeita a demagogia de palanque e se revolta com o habitual descumprimento de promessas, o povo não vê, em circunstâncias normais, outro caminho para influir na condução dos negócios públicos senão indicar representantes — políticos — para defender os interesses de sua comunidade, de seu segmento social, de sua classe. Então, vota resmungando, mas vota. No espírito do "mal com eles, pior sem eles".

Temos uma experiência recente do que significa a proscricção de políticos por um regime de arbítrio. A chamada revolução de 1964 banuiu ou cassou políticos, em massa. Deixou um Congresso fazendo de conta que funcionava como Poder Legislativo. Permitiu, entretanto, eleições periódicas que, com todas as limitações, com todos os casuísmos deprimentes, foram abrindo espaços à oposição. Assim sucedeu que, com toda a pregação ditatorial ao longo desses anos, foi exatamente um político clássico, Tancredo Neves, quem polarizou as esperanças da nação.

A mesma hostilidade e os mesmos preconceitos "anti-classe política" se voltaram contra a Assembléia Constituinte. Qual será o julgamento final da opinião pública sobre o comportamento dos representantes eleitos para essa tarefa? Há muita gente apressada em lançar anátemas. Há uma direita frenética que uiva e geme com a aprovação de qualquer nova conquista social. Seria bom para o país que esse histeria cessasse. O Congresso Constituinte que aí está tem os seus defeitos, a começar pelos que decorrem de uma eleição que custa um dinheiro absurdo. Mas reflete um determinado quadro político ao qual, com todos os seus males e mazelas atuais, não podemos fugir, até mesmo para modificá-lo.

A história vai dizer a última palavra sobre essa Constituinte. Mas uma atitude de independência como a decisão sobre os quatro anos de mandato para Sarney mostra um senso histórico que redime os políticos de erros e desacertos cometidos. É sempre preciso pensar que a antítese desse Congresso que aí temos é um corpo mutilado pelo arbítrio ou, na hipótese mais dramática mas sempre possível, a entrada em cena do Urutu. Diante dessa ameaça, tende piedade, Senhor, não somente dos políticos "de fala fácil e olhar brilhante" — mas de todos nós, amém.